



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----ACTA N.º 4/2008 -----

-----Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA -----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 11 de Fevereiro de 2008, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **689.965,17 € (Seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos)**, conforme documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**1.1 – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA - PROF. JOÃO DINIS** -----

-----Esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, que começou por se congratular com a requalificação do Parque Merendeiro daquela freguesia. Lembrou que a freguesia de Vila Franca da Beira comemora no próximo dia 24 de Maio os 20 anos da sua criação, sugerindo ao executivo a inauguração da referida intervenção como uma forma de assinalar condignamente aquela data. Fez ainda saber que no passado dia 29 de Janeiro esteve reunido com uma equipa técnica da empresa Águas do Zêzere e Côa que se deslocou à Freguesia de Vila Franca da Beira a fim de tratar de assuntos relacionados com os problemas existentes em torno da ETAR e fossas sépticas daquela freguesia e bem assim da intervenção que se pretende efectuar no depósito de água, dando conhecimento ao executivo que a impermeabilização e instalação de um motor foram as hipóteses adiantadas pela mesma como forma de resolver os problemas existentes naquele equipamento. Referiu ainda discordar de tais hipóteses por entender que se trata apenas de um “remendo” que no seu entender em nada irá resolver os problemas da pressão de água no abastecimento à freguesia. Referiu-se ainda à existência de um Furo Artesiano, solicitando esclarecimentos sobre se, após a chegada da água da Sra. do Desterro, será desactivado ou ficará de reserva. No que diz respeito à ETAR e fossas sépticas da freguesia, referiu tratar-se de questões recorrentes que gostaria de ver clarificadas. Para concluir referiu-se ainda à necessidade de se arranjar o telhado e o jardim da Escola do 1º CEB da freguesia de Vila Franca da Beira e bem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

assim de proceder se à requalificação do Parque Infantil daquela localidade. Por fim apelou à Câmara Municipal para que, inequivocamente, apoie a freguesia na melhoria destes equipamentos.--
-----O Sr. Presidente deu conta de que anotou tudo o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia havia referido.-----

2 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 - INTERVENÇÃO DA SR^a. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO -----

-----2.1.1 - BOLETIM MUNICIPAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho começou por acusar e agradecer a recepção da última edição do Boletim Municipal, tecendo algumas apreciações quanto à sua forma. Mais referiu que apesar de não ter efectuado uma leitura na íntegra do mesmo verificou tratar-se de um documento com um conteúdo agradável em termos de qualidade das fotografias mas que no seu entender continua muito centrado na actividade da Câmara Municipal quando, por sua vez, também poderia dedicar um espaço às intervenções quer dos Vereadores sem pelouro quer dos membros da Assembleia Municipal. Disse ainda verificar a existência de uma série de intervenções que contemplam a mesma freguesia quando outras freguesias nem sequer são mencionadas, sublinhando que embora se trate de uma edição semestral é uma situação que espera ver resolvida na próxima edição por uma questão de tratamento de igualdade das 21 freguesias, uma vez que todas elas têm carências e cidadãos que merecem vê-las superadas. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra também acusou a recepção da última edição do Boletim Municipal, referindo que: “sendo um Boletim Municipal, e tal como tenho defendido há vários anos, entendo que deveria dar cobertura às iniciativas dos vários órgãos Municipais, porque tal como disse a Sra. Vereadora Maria José Freixinho, continua muito centrado no executivo em permanência. Não há qualquer alusão quer aos vereadores, quer aos membros da Assembleia Municipal, ou às diversas forças políticas que integram os órgãos municipais. É um documento que obviamente, pretende divulgar as iniciativas do município mas também fazer a propaganda da obra feita, já é habitual, não é novidade. Eu analisei-o, na medida do possível, e verifiquei que, havendo referências a várias obras, mais concentradas numa freguesias, menos noutras, todas elas, regra geral, têm associadas fotografia da freguesia onde é realizada a obra e o respectivo valor. São referidas obras no valor de 1.300,00 € (mil e trezentos euros) e, contudo, vejo também que há obras de expressão financeira, nomeadamente arranjos urbanísticos que não têm qualquer valor associado, refiro-me ao Monumento ao Empresário e o exemplo de uma obra em execução que é a Rotunda que homenageia, e muito bem, o Comandante Manuel Gouveia Serra e os Bombeiros do concelho que, também não tem qualquer valor associado à divulgação pública da obra. Outros casos, também de obras em execução, aparecem com os respectivos valores. Sendo assim, questionava o porquê desta situação. E porque também é feita a divulgação no Boletim Municipal da aquisição de um novo autocarro para o Município, um equipamento de transporte que certamente se justifica para colmatar algumas necessidades das instituições do concelho e da rede de Transportes, mas também não tem qualquer valor associado ao seu custo, daí que, num caso e noutro, o executivo não tomou qualquer deliberação, pelo que solicitava ao Sr. Presidente que nos desse conhecimento dos respectivos valores. Mais uma vez se nota que de facto continua a requalificação e a instalação de novos Parques Infantis no concelho, acho que é uma medida positiva no concelho, já aqui a aplaudi e já antes tinha reclamado a requalificação desses espaços que estão a ser feitos sucessivamente. Neste momento há o caso referido pelo Sr. Presidente da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira que também é do interesse da população mais jovem da sua freguesia a requalificação do Parque Infantil daquela freguesia e relembro ainda a necessidade de requalificação do Parque Infantil de Lagares da Beira que está praticamente obsoleto.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu-se ao custo das obras em causa dando conta de que é uma informação que já anteriormente havia sido divulgada, quer pela comunicação social, quer pela anterior edição do Boletim Municipal. Quanto aos trabalhos de execução do Monumento ao Bombeiro, na Rotunda Manuel Gouveia Serra, fez saber que ainda não foram concluídos e que o valor total da obra é de 139.000,00 € (Cento e trinta e nove mil euros). Quanto à questão das freguesias referiu que “os senhores vereadores querem falar em aspectos diferentes como sendo iguais, quando na realidade são desiguais. A Câmara pauta o seu investimento por princípios de equidade no tratamento de forma a que possa existir um crescimento homogéneo do concelho”. Reconheceu que existem, efectivamente, algumas freguesias que, em termos de infra-estruturas estão menos bem do que outras, pelo que, nessa perspectiva, vão beneficiar de um maior investimento, salientando o caso da freguesia de Lourosa, que necessita de uma intervenção ao nível da execução da rede de saneamento básico nas localidades de Pinheirinho, Cabeçadas, Casal de Abade e Quinta do Outeiro que implicará um volume de investimento superior a outras freguesias. Entende assim que, nesta perspectiva, o investimento nas freguesias jamais poderá ser igual, tem que ser diferenciado, de forma a que se cresça sustentadamente. Para concluir lembrou ainda que o Boletim Municipal é semestral pelo que considera natural que algumas freguesias sejam referenciadas numa edição e outras noutra. -----

-----**2.1.2 – URBANISMO NA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se ao empreendimento imobiliário que está a ser construído na Rua do Ameal, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre se o mesmo prevê a definição de um arruamento com escadas e jardim, uma vez que do que pôde verificar através da consulta que efectuou na Internet, a maqueta divulgada pelo promotor da obra apenas representa a construção de dois prédios, sendo que um é dividido em quatro andares e lojas comerciais com supressão do jardim público. -----

-----O Sr. Presidente deu conta que não se trata de uma construção em loteamento mas sim de uma construção em artigos diferenciados cujas regras são distintas dos alvarás de loteamento. Disse ainda que no caso em apreço as orientações dadas aos Serviços Técnicos foram no sentido de que fossem respeitadas as normas legais em vigor sobre essa matéria. -----

-----**2.1.3 – PARECER DA ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho informou a Câmara Municipal de que recebeu do jornal “Correio da Beira Serra” cópia de dois pareceres solicitados à Entidade Reguladora para a Comunicação Social, relativamente à exclusão daquele jornal no que toca à distribuição da publicidade municipal e bem assim quanto à gravação das reuniões ordinárias públicas da Câmara Municipal por parte dos jornalistas, salientando que do que pôde perceber traduz ensinamentos quer para os membros da Câmara Municipal, quer para os jornalistas. Sublinhou ainda que no seu entender não se trata de condenar a postura de uns para com os outros mas reconhece tratar-se de um documento que permitirá retirar algumas regras que de alguma forma poderão orientar os comportamentos, quer dos senhores jornalistas quer dos membros da Câmara Municipal. Para concluir manifestou a sua satisfação pelo facto dos referidos pareceres demonstrarem que os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

excessos poderão ter sido cometidos por ambas as partes, declarando que apoia as orientações dadas pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social na esperança que de futuro tudo corra pelo melhor entre as duas entidades. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra fez saber que também recebeu a mesma documentação por parte do jornal “Correio da Beira Serra”, mas que não teve tempo de a analisar, pelo que se pronunciará sobre a mesma na próxima reunião de Câmara. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo deu conta de que também recebeu a documentação acima referida, salientando que necessita de dedicar mais tempo à sua análise para posteriormente se pronunciar relativamente aos seus fundamentos. Contudo, considerando a primeira leitura que fez, entendeu declarar o seguinte: “No ofício que nos foi enviado é referido que há práticas consideradas incorrectas por parte da Câmara Municipal. O documento foi-me enviado na qualidade de Vereador e, da parte da Câmara, não houve qualquer tomada de posição incorrecta. Agora, houve sim, atitudes que logo na altura protestei face a um conflito entre o Sr. Presidente da Câmara e uma jornalista, nomeadamente quando a questionou sobre a forma como estava a gravar as reuniões e ameaçando que na próxima reunião quando chegasse iria averiguar à entrada se estava ou não na posse de gravadores ocultos para gravar as reuniões. Obviamente que eu protestei, não concordo com essa atitude. No mesmo documento são imputadas uma série de responsabilidades ao executivo, que eu rejeito naturalmente, porque se houve aqui algum conflito foi entre o Sr. Presidente da Câmara e a jornalista e não com o Executivo. Portanto, se houver aqui recados são para o Sr. Presidente da Câmara e não para o Executivo, enquanto órgão colegial. Relativamente ao essencial, acho que se se fizesse como recomendei no início do presente mandato, que era realizar as reuniões públicas no Salão Nobre dos Paços do Município, todas estas situações eram perfeitamente evitadas, quer para o público, que tinha outras condições para assistir, quer para os autarcas ou outras pessoas que querem participar com as suas questões nas reuniões de Câmara, quer em termos de condições de trabalho e de relacionamento dos jornalistas com os membros do Executivo. Daí que, mais uma vez, volte a insistir que, de forma a dar dignidade e condições de trabalho às reuniões públicas de Câmara, elas possam ser feitas no Salão Nobre do Município. Relativamente a uma questão que é referida no segundo documento enviado, que se prende com a questão da divulgação da publicidade, quero apenas reiterar aquilo que já disse numa reunião em 2006, que é “a Câmara ou o Município deve ter com todos os órgãos de comunicação social tratamento igual em circunstâncias iguais seja na distribuição de publicidade institucional, seja na publicação de anúncios do Município de Oliveira do Hospital, seja na disponibilização de informação de carácter público do Município”. Creio que a Câmara estava obrigada a tais procedimentos e mais uma vez gostaria de ver esclarecidos quais os critérios usados para a publicação de anúncios de publicidade por parte do Município. Após análise mais aprofundada da variada matéria que vem explanada nestes documentos, numa próxima reunião poderei tomar uma posição mais definitiva sobre o variado conteúdo que estes documentos compilam, que por motivos familiares não tive tempo de analisar aprofundadamente.” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o que tinha a dizer sobre esta matéria já o disse. -----

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

2.2.1 - NOVA LEI DE CONSUMO DE TABACO-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à Acção de Sensibilização realizada no passado dia 30 de Janeiro do ano em curso, no âmbito da aplicação da Nova Lei de Consumo de Tabaco, salientando que, do que pôde perceber através da comunicação social, houve pouca adesão por parte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

dos empresários do concelho de Oliveira do Hospital à mesma. Contudo, entende que a Câmara Municipal e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital devem continuar a insistir na realização deste tipo de acções para melhor esclarecimento dos responsáveis por estabelecimentos do ramo da restauração, hotelaria e alojamento. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu entender que agora caberá à ADI efectuar a análise e a leitura adequada do resultado daquela sessão de trabalho e inferir se, eventualmente se justifica ou não realizar uma nova sessão, ou se será mais importante efectuar acções de sensibilização caso a caso/de proximidade. -----

-----**2.2.2 – PARAGEM DE AUTOCARRO JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE**-----

-----Na sequência da deliberação camarária de 6 de Novembro de 2007, o Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação da execução das Zonas de Paragem de Autocarros na Avenida Dr. António Afonso Amaral, junto ao Centro de Saúde, em Oliveira do Hospital.-----

-----O Sr. Presidente deu conta de que esta obra é para ser executada por funcionários do Município mas que até ao momento ainda não existiu disponibilidade por parte destes para darem início aos referidos trabalhos. -----

-----**2.2.3 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**-----

-----Na sequência da realização da reunião do Conselho Municipal de Educação no passado dia 31 de Janeiro, o Sr. Vereador Albano Almeida solicitou ao Sr. Presidente que informasse sobre quais os assuntos tratados e abordados na mesma, nomeadamente acerca das Actividades de Enriquecimento Curricular, ao que aquele responsável informou tratar-se de um assunto que consta da Ordem do Dia pelo que na devida altura efectuará a abordagem desta questão. -----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----**2.3.1 – IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo começou por referir o seguinte: -----
-----“Na reunião do passado dia 20 de Novembro, e porque entretanto tinha sido aprovado um Diploma Legal que regulamenta a implementação do Serviço Municipal de Protecção Civil, nas suas várias componentes, objectivos e domínios de actuação, interpelei o Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto. Um dos pontos-chave da implementação do Serviço Municipal de Protecção Civil é precisamente a elaboração do Plano Municipal de Emergência pelo que questionava o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação da sua elaboração. A mesma Lei refere e dá destaque à necessidade da existência de um Plano Municipal para Estabelecimentos de Ensino, designadamente escolas, pelo que também questionava o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação da sua elaboração. E anotei que, a partir de uma notícia do Diário de Notícias, o seguinte: que as regras de segurança nas escolas vão ser mais apertadas, as que tiverem mais de 500 pessoas ou risco elevado terão um ano para traçarem um Plano de Prevenção e Emergência para aplicarem em caso de incêndio ou sismo, e o documento tem que ser testado anualmente e simulado e as instalações serão gradualmente inspeccionadas. O objectivo é naturalmente incutir uma cultura de segurança baseada na prevenção para que os acidentes sejam evitados. Com base nestas notas reforçava este pedido de informação relativamente ao Plano Municipal de Emergência e bem assim



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

ao Plano de Emergência para Estabelecimentos de Ensino.” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que já anteriormente era obrigatório que as Escolas com mais de 500 alunos fossem portadoras do Plano de Emergência para Estabelecimentos de Ensino, pelo que no seu entender esta Lei não trouxe nada de novo, ou seja, apenas exige o cumprimento por parte das respectivas entidades no que diz respeito a esta matéria. Quanto ao Plano Municipal de Emergência fez saber que o documento já existe sendo apenas necessário proceder à sua actualização, o que está a ser feito. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu tratar-se de um assunto de grande relevância para o Município, elogiando o Plano Municipal de Emergência existente no Município de Oliveira do Hospital. Referiu ainda que os Planos Municipais de Emergência não são documentos de arquivo mas sim documentos que têm de estar em uso permanente, sugerindo que o Plano Municipal de Emergência existente seja de novo revisto por entender que é o momento mais oportuno para a sua actualização. Quanto à elaboração dos Planos de Emergência para Estabelecimentos Escolares pensa que as escolas já estarão a tratar desse assunto.-----

-----Sobre o assunto, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conhecimento de que no ano transacto, a DREC agendou uma reunião com todos os Órgãos de Gestão, os Comandantes das Corporações de Bombeiros de Lagares da Beira e de Oliveira do Hospital e da GNR, na qual esteve também presente como representante da Câmara Municipal, em que foi efectuado o ponto de situação e dado conhecimento de que todos os Órgãos de Gestão estavam a elaborar os respectivos Planos de Emergência e/ ou Evacuação para posteriormente enviarem à Direcção Regional de Educação, pelo que pensa que essa necessidade esteja já a ser satisfeita. Mais informou que, mesmo não sendo obrigatório, nessa altura também estavam a ser elaborados Planos de Evacuação para os Jardins-de Infância. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “fico satisfeito por haver um Plano Municipal de Emergência bem como Planos Especiais em cada uma das Escolas. Contudo, e em face desta legislação que já aqui abordei na reunião de 20 de Novembro de 2007, aproveito para alertar para esta questão. Agora, reforço-a no sentido de que haja coordenação e articulação entre o Plano Municipal de Emergência, que está em actualização e revisão, com os Planos de Emergência de cada escola. Foi o meu reforço, se está a ser feito congratulo-me por isso, a aplicação da Lei está a ser cumprida e isso é que é importante.” -----

3 – ORDEM DO DIA -----

3.1 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE – “TELA DE MEMÓRIAS UNIPessoal, LDA” -----

D.A.G.F. /Proc. 47/9/DOC.2

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o requerimento da empresa “Tela de Memórias, Unipessoal, Lda”, com o registo de entrada 14087, e respectivo parecer jurídico, na qual requeria a instalação de 4 placas publicitárias, com os dizeres e medidas, constantes do croqui em anexo ao referido requerimento, sendo que, duas dessas placas seriam colocadas nos locais assinalados na planta de localização, também em anexo ao mesmo requerimento. -----

-----Analisado o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com parecer jurídico emitido, indeferir o pedido de colocação das duas placas publicitárias indicadas na planta de localização, com os dizeres “Dancetaria”, e com as dimensões indicadas no croqui, documentos que se anexam e ficam a fazer parte integrante desta acta, nos termos do disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 2º do Regulamento sobre afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no Concelho de Oliveira do Hospital,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

em virtude de a colocação pretendida afectar a segurança das pessoas nomeadamente na circulação rodoviária, devendo proceder-se à audiência da interessada nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Mais foi deliberado, notificar o sócio gerente da empresa para informar onde pretende colocar as outras duas placas publicitárias a que faz alusão no seu requerimento. -----

3.2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS -----

A) INSTITUIÇÕES: -----

-----A-1) ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como complemento do subsídio atribuído, por deliberação do executivo de 6 de Novembro de 2007, para apoio à aquisição de mais um Quadro Interactivo, Vídeo Projector e respectiva montagem. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-2) - PLANO NACIONAL DE LEITURA – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS CONCELHIOS -----

D.A.G.F/Proc. 53/4

-----No âmbito do Plano Nacional de Leitura, e de acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a transferência para os quatro Agrupamentos de Escolas concelhios das verbas correspondentes aos livros adquiridos, sendo que na 2ª fase de apoio desta autarquia, o valor a transferir é **de 12.249,90 € (Doze mil, duzentos e quarenta e nove euros e noventa centímetros)** repartido da seguinte forma:---

-----Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas – **4.590,14 € (Quatro mil, quinhentos e noventa euros e catorze centímetros)**; -----

-----Agrupamento de Escolas da Cordinha – **2.577,93 € (Dois mil, quinhentos e setenta e sete euros e noventa e três centímetros)**; -----

-----Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira – **2.611,78 € (Dois mil, seiscentos e onze euros e setenta e oito centímetros)**; -----

-----Agrupamento de Escolas do Vale do Alva – **2.470,05 € (Dois mil, quatrocentos e setenta euros e cinco centímetros)**.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

3.3 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----3.3.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----

D.S.T./DOC.3

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----3.3.2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO – NUNO MIGUEL GARCIA MENDES BERNARDO -----

D.S.T./Proc. 22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de Licença no que se refere à ampliação/ legalização de uma moradia, sita no lugar e freguesia de Seixo da Beira, por razões de carência económica. -----

-----Face ao exposto, a Câmara Municipal de acordo com as informações Técnica e Social, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, isentar o Sr. Nuno Miguel Garcia Mendes Bernardo do pagamento das referidas taxas.- -----

3.4 – CENTRO DISTRITAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE COIMBRA - CESSAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO - EQUIPAMENTOS ATL

D.A.G.F./Proc. 53/DOC.4

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº.14646, datado de 28 de Janeiro de 2008, enviado pela entidade em epígrafe, a propor a cessação dos acordos de cooperação para o desenvolvimento da resposta social de ATL, nos equipamentos de Oliveira do Hospital e Casa da Criança Sarah Beirão, celebrados em 01 de Abril de 1989 e 01 de Abril de 1990, entre o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, que se anexam e ficam a fazer parte integrante desta acta. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente referiu que “perante tal situação, só restariam à Câmara Municipal duas soluções para a resolução deste problema, ou seja, ou a autarquia assume custos sociais com o funcionamento do ATL pelo menos no montante que era financiado pela Segurança Social, ou então terá de rever as mensalidades e aplicar as respectivas alterações em função daquilo que deixa receber”. Contudo, deixou claro que, independentemente da cessação, é seu entendimento de que a autarquia, face á situação económica que se faz sentir, deverá manter os ATL sem que, este ano, seja alterada a mensalidade a pagar pelos respectivos agregados familiares, salientando que “a Câmara tem que manter os ATL, tendo em atenção aquilo que são as necessidades dos pais, para que eles possam estar no trabalho sem estarem preocupados com os filhos que, provavelmente de outra forma estariam sozinhos em casa”. Manifestou ainda a intenção de rever algumas situações quanto aos encargos resultantes para os agregados familiares de utilização do ATL, pelos filhos, apenas em alguns dias da semana. -----

-----Ainda sobre este assunto o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “esta matéria não é nada de novo, já na altura que aqui analisámos a aplicação da nova Lei das Finanças Locais tínhamos verificado esta situação”, esclarecendo que se trata apenas da manutenção de um serviço que passará a ser assumido pela Câmara Municipal e pelo qual é a favor, sublinhando que “o custo que agora acresce à autarquia, não é um custo, uma despesa, é um investimento, por isso deve antes ser interpretado como “um investimento no capital humano”, compensado com as transferências do Estado através do Fundo Social Municipal, que como sabemos cresceu de 2007 para 2008. -----

-----O Sr. Presidente referiu que quando utilizou a expressão de”custo social”, não foi sob o ponto de vista social mas sim financeiro, sublinhando que “é evidente que todos nós sabemos que isto é um investimento social e de grande importância e relevância para as famílias.” Disse ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que este problema surge também porque estes espaços começam a “não ser rentáveis para as IPSS, pelo facto de agora os ATL só funcionarem em certos períodos do dia, em virtude da existência das actividades extracurriculares”. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra referiu considerar “extremamente negativa” a cessação dos acordos de cooperação, salientando que “somos um Estado Social, e como tal, qualquer política desse Estado que contrarie as ajudas sociais é negativa”, duvidando que as transferências do Fundo Social Municipal cubram os custos com os ATL. Para concluir referiu concordar com a posição do Sr. Presidente por entender que se trata de um apoio social que merece ser mantido. Quanto à revisão de algumas situações referiu concordar apenas se estas forem analisadas, caso a caso, mediante a apresentação prévia de um plano familiar. -----

-----**Em face do exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cessação dos acordos de cooperação para o desenvolvimento da resposta social de ATL, acima referidos.**-----

3.5 - CONCURSO LITERÁRIO (PLANO NACIONAL DE LEITURA)-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo o Regulamento do Concurso acima identificado, a Câmara Municipal sob proposta do Sr. Presidente deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Concurso Literário, promovido pela Câmara Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Agrupamentos de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, da Cordinha, de Lagares da Beira e do Vale do Alva e da Escola Secundária com 3º CEB de Oliveira do Hospital, no âmbito do Plano Nacional de Leitura (PNL), que visa fomentar junto dos jovens uma reflexão sobre os valores da Escrita e da Arte, o seu contributo para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo e para a adopção de hábitos de leitura e criatividade, e que inclui a atribuição de prémios, a saber: -----

----- Os Agrupamentos/ E.S.O.H. atribuirão prémios de carácter didáctico (livros ou CD ROM) aos três melhores trabalhos de cada escalão; -----

----- A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital atribuirá um computador ao melhor trabalho de cada escalão (Pré-Escolar; 1º, 2º e 3º CEB);-----

----- Os prémios das duas fases de concurso serão entregues na Festa Municipal da Educação.-----

3.6 - PROJECTO "OLIVEIRA FINICIA - INVISTA +" - PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO

D.A.G.F./Proc. 42/15/DOC.6

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo o Protocolo Financeiro e de Cooperação, no âmbito do Projecto "OLIVEIRA FINICIA - INVISTA +", documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, a Câmara Municipal sob proposta do Sr. Presidente deliberou, por unanimidade, aprovar o referido Protocolo e remetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu entender que devem ser usados todos os meios de divulgação para promover o projecto em causa. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: “é com prazer que vejo este projecto ir para a frente. Como sabem, desde o início do mandato que tenho defendido que se implemente um Plano Municipal de Incentivos aos Empresários e à Criação de Emprego. O projecto está pronto e está bem estruturado, é muito denso, mas acho que tem o essencial. No entanto, pela leitura do seu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

regulamento, fica-se com a ideia que na prática este fundo de Apoio será implementado pela Caixa Geral de Depósitos e pela S.G.M., com a monitorização e o apoio técnico da ACIC e do IAPMEI, contudo este é um sistema de incentivos municipal.”-----

3.7 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

**-----3.7.1 - A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES---
PROOJECTO DE LEI Nº 431/X – LEI ELEITORAL DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS
LOCAIS-----**

D.A.G.F./Proc.58/4

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a circular nº 16/2008, datada de 1 de Fevereiro de 2008, enviada pela entidade em epígrafe, a remeter cópia do documento aprovado pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, reunido em 31 de Janeiro de 2008, na sede da ANMP, em Coimbra. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.7.2 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA - PROJECTO DE LEI Nº 431/X – LEI
ELEITORAL DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS-----**

D.A.G.F./Proc.58/4

-----Foi ainda presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 51-GP, datado de 24 de Janeiro de 2008, enviado pela entidade em epígrafe, a remeter cópia integral da Deliberação tomada por aquela autarquia na sua reunião ordinária de 23 de Janeiro, relativa ao Projecto Lei – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (alterações). -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----3.7.3 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REUNIÃO -----

D.A.G.F./DOC.7

-----Na sequência da reunião do Conselho Municipal de Educação realizada no passado dia 31 de Janeiro, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos assuntos tratados e abordados na mesma, conforme documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, que leu na íntegra. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----4.1 - MAPA DE TRANSPORTES-----

D.A.G.F./DOC.8

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 29 de Janeiro e 11 de Fevereiro de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----4.2 - EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO LARGO RIBEIRO DO AMARAL E REQUALIFICAÇÃO DA AV. 5 DE OUTUBRO, DA RUA GENERAL SANTOS COSTA E RUA PROFESSOR ANTUNES VARELA EM OLIVEIRA DO HOSPITAL” – ADJUDICAÇÃO -----

D.S.T./DOC.9 e 10

-----Foi presente pelo Sr. Presidente a Acta/ Relatório da Comissão de Análise de propostas, datada de 28 de Janeiro de 2008, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, na qual informa que terminou o prazo de Audiência Prévia, efectuada nos termos do artigo 101º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março, na sua actual redacção, referente à empreitada em epígrafe, tendo havido uma reclamação, apresentada por parte da firma Construtora San José, S.A., dentro do prazo estabelecido para o efeito, a qual foi devidamente ponderada pela Comissão de Análise de Propostas, tendo esta concluído manter a proposta de adjudicação da execução da empreitada em epígrafe ao Consórcio “Chupas & Morrão, S.A./ SOCONGO, Lda/ Fonseca e Fonseca, Lda” pelo valor da sua proposta de 2.286.359,35 € (Dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Analisada a mesma, e sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar a execução da empreitada de “Requalificação Urbanística do Largo Ribeiro do Amaral e Requalificação da Av. 5 de Outubro, da Rua General Santos Costa e Rua Professor Antunes Varela em Oliveira do Hospital” ao Consórcio “Chupas & Morrão, S.A./ SOCONGO, Lda/ Fonseca e Fonseca, Lda” pelo valor da sua proposta de 2.286.359,35 € (Dois milhões duzentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada acima referenciada.-----

-----4.3 – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE CICLOTURISMO DO VALE DO TEJO “CIVATE”

D.A.G.F/Proc. 69/4

-----Solicita a emissão de parecer sobre a passagem e traçado do “4º Passeio a Portugal em Bicicleta – Ciclismo para Todos” – 18º. Passeio a Portugal em Cicloturismo”, na área deste concelho, entre os dias 24 de Maio e 1 de Junho de 2008. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável. -----

-----4.4 – WRC – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL S.A. – ASSEMBLEIA-GERAL DE 5 DE NOVEMBRO DE 2007-----

D.A.G.F./Proc.58/4

-----Foi presente pelo Sr. Vereador Paulo Rocha o ofício de referência 2008/045/ADM, datado de 29 de Janeiro de 2008, enviado pela entidade em epígrafe, a remeter cópia da Acta da Assembleia Geral de 5 de Novembro de 2007, na qual foram eleitos os novos Órgãos Sociais da WRC, e bem assim cópia do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008, aprovados na mesma reunião. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter cópia do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008 da WRC – Agência de Desenvolvimento Regional S.A. à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

-----4.5 – EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

HOSPITAL/ FELGUEIRA VELHA”-----

D.A.G.F./DOC.11

-----Na sequência da deliberação camarária de 29 de Janeiro do ano em curso e sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Maria de Fátima Antunes, Elsa Correia e Albano Almeida e a abstenção dos Srs. Vereadores Maria José Freixinho e José Francisco Rolo, aprovar a minuta, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha”. -----

4.6 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MARCAÇÃO E ORDEM DO DIA-----

G.D.E.S.

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que seja solicitada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a marcação da sessão ordinária daquele órgão para o dia 29 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00m, bem como a inclusão, na respectiva Ordem do Dia, dos seguintes assuntos: ----

- I. Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município;
- II. Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;
- III. Apreciação e votação, nos termos da alínea r) do nº. 1 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, da proposta de celebração de Protocolo Financeiro e de Cooperação para constituição e funcionamento do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Município de Oliveira do Hospital (“OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +”).

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

5.1.1 – ADEPTOLIVA – REUNIÃO DE DIRECÇÃO-----

D.A.G.F

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar nos Paços do Município de Oliveira do Hospital, no dia 31 do passado mês de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos, dando conta dos assuntos tratados e abordados na mesma.-----

-----Ponto 1 – Situação Pedagógica;-----

-----Ponto 2 – Análise da situação económico-financeira; -----

-----Ponto 3 – Outros assuntos;-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES-----

5.2.1 – DIA MUNDIAL DA FLORESTA – 21 DE MARÇO DE 2008-----

G.E.CA.D./DOC.12

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes informou o Executivo de que a Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal vai promover o 3º Concurso de Desenho denominado “Dona Árvore e a Escola”, a nível concelhio, destinado a todas as crianças e alunos que frequentam o Ensino Pré-Escolar e o 1º, 2º e 3º CEB do Concelho, propondo a aprovação das normas regulamentares que regem o mesmo, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, e que incluem a atribuição de prémios, a saber: -----

-----Serão atribuídos prémios aos quatro melhores trabalhos, um por cada nível de ensino, a saber: -----

Pré-Escolar – 1 Máquina Fotográfica Digital (para o Jardim-de-Infância)

1º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital

2º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital

3º CEB - 1 Máquina Fotográfica Digital

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----Foi igualmente deliberado designar como representante da Câmara Municipal para Júri do respectivo concurso, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes. -----

-----**5.2.2 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO**-----

D.S.T.

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conhecimento ao Executivo de que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão já procedeu à colocação na cidade de Oliveira do Hospital de três oleões, destinados à deposição de óleos alimentares, tendo sido distribuídos da seguinte forma: um junto à Escola Secundária, outro ao Transval e o último no Ecocentro. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas catorze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 12 de Fevereiro de 2008**-----

Presidente _____

Vereadores _____



REUNIÃO ORDINÁRIA DE
12 DE FEVEREIRO DE
2008

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
12 DE FEVEREIRO DE
2008**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**